

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 1994

## 0. Introdução

O ano de 1994 foi (mais) um ano difícil para o Ensino Superior. Mantiveram-se as restrições às contratações de pessoal docente, com o conseqüente aumento de carga lectiva e diminuição da qualidade de ensino. Para a resolução do desequilíbrio orçamental das instituições, acenou-se com a futura celebração de contratos-programa, sabendo-se hoje que nenhum contrato estará concluído antes das próximas eleições legislativas. Foi aprovada a Lei da Avaliação do Ensino Superior, após um processo de discussão pouco representativo e participativo, e cujos objectivos mal definidos não tranquilizam a Universidade.

Na única reunião tida com a Ministra da Educação em 1994, confirmou-se a indisponibilidade por parte da tutela para discutir ou negociar a revisão dos Estatutos de Carreiras e Estatuto Remuneratório, com o estafado argumento das “restrições orçamentais”.

Por sua vez, o “low-profile” da actuação do CRUP junto do Ministério da Educação, retirou a este órgão credibilidade e representatividade junto da comunidade académica que o elegeu.

A degradação das condições e relações de trabalho no ensino politécnico ficaram ilustradas por diversos escândalos mediáticos, que puseram em causa o clientelismo político de algumas Comissões Instaladores.

No âmbito da actividade sindical em 1994, foi elaborada a Proposta de Caderno Reivindicativo do Ensino Superior, e lançado o debate interno deste documento. Após as alterações propostas pelos nossos associados, o documento final, intitulado “Um contrato para o futuro”, foi enviado em inícios de 1995 a todos os docentes do ensino superior e órgãos de soberania.

A intervenção do SNESup no sistema do ensino superior, ficou também marcada pela apresentação de pareceres e propostas de alteração da Lei da Avaliação do Ensino Superior, Lei das Propinas, e legislação relativa às Escolas Superiores de Enfermagem.

## 1. Negociação Salarial da Administração Pública

À semelhança dos anos anteriores, a participação do SNESup nas negociações salariais da administração pública foi de novo recusada pela Secretaria de Estado do Orçamento, apesar de, em Outubro de 1992, a Provedoria de Justiça ter dado razão ao SNESup na sua pretensão de participar nas referidas negociações.

Na sequência das propostas de aumentos salariais para 1994 apresentadas pelo Governo, que correspondiam a uma perda do poder de compra de 9% em dois anos (1993 e 1994), o SNESup aderiu às greves da Função Pública de 25 de Janeiro e 11 de Fevereiro de 1994.

Para além da questão atinente à generalidade da administração pública, a revalorização específica das carreiras do ensino superior, por diversas vezes proposta pelo SNESup, nunca recebeu resposta pela tutela.

## **2. Intervenção no sistema do ensino superior**

### **2.1. Avaliação do Ensino Superior**

Foi apresentado à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, um parecer sobre a Proposta de Lei nº 83/VI (“Sistema de avaliação da qualidade científica e pedagógica do ensino superior”) e do Projecto-Lei nº 170/VI (“Avaliação e acompanhamento do ensino superior”) do PCP.

### **2.2. Propinas**

Envio à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, duma proposta de alteração do artigo 8º da Proposta de Lei 84/VI, que estabelece normas relativas ao pagamento de propinas no ensino superior de pós-graduação.

### **2.3. NSR do pessoal docente do ensino superior**

Foram feitas diligências junto da Secretaria de Estado do Ensino Superior, para resolver a situação dos Professores Associados com maior antiguidade que auferem salário inferior ao de outros com menos antiguidade, situação resultante da aplicação do NSR à carreira docente universitária. Sobre esta matéria foi também apresentada queixa na Provedoria de Justiça.

### **2.4. Ensino Superior de Enfermagem**

Reunião com o Ministro da Saúde (12/01/94), e apresentação por parte do SNESup, de propostas de alteração do Dec.Lei nº 166/92 (“Aplicação ao pessoal docente das escolas superiores de enfermagem, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico”) e Lei nº 54/90 (“Estatuto e autonomia dos estabelecimentos do ensino superior politécnico”).

Reunião com a Directora-Geral do Departamento de Recursos Humanos da Saúde, para a apresentação das referidas propostas, análise da situação dos docentes resultante da aplicação indevida do nº8 do artigo 8 do Dec.Lei nº 166/92 (“Transição dos enfermeiros assistentes para a carreira docente do ensino superior politécnico”), e ponto da situação dos docentes das Escolas Superiores de Enfermagem.

Envio de um parecer à Directora-Geral do Departamento de Recursos Humanos da Saúde, sobre o anteprojecto do diploma legal para a aplicação da Lei nº 54/90 às Escolas Superiores de Enfermagem.

### **2.5. Ensino Superior Particular e Cooperativo**

Foi manifestado pelo SNESup, junto do Inspector Delegado do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, o interesse nas acções de inspecção das práticas contratuais, designadamente dissimulação contratual nas

instituições de ensino particular e cooperativo. Foi sugerida a inclusão da Universidade Autónoma de Lisboa, Instituto Superior de Gestão e Universidade Moderna no conjunto de escolas a inspeccionar.

## **2.6. Intervenções diversas**

Reunião com as Associações de Estudantes por ocasião do ENDA em Coimbra.

Participação na reunião promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a situação no sector da Administração Pública e negociações salariais para 1994.

Participação na reunião promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre o futuro do Ensino Superior em Portugal.

Participação na reunião promovida pelo Gabinete de Estudos do Partido Socialista sobre “Europa-Educação e Formação. Que prioridades? Diagnóstico e propostas”.

Participação na reunião promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a situação no sector da Administração Pública e matérias ligadas ao Orçamento de Estado.

Participação no debate promovido pelo PCP sobre “Uma nova política para o ensino superior”.

## **3. Apoio jurídico e sindical aos sócios**

O SNESup interveio junto dos órgãos de gestão de diversas escolas (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho, Instituto Superior de Gestão, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Escola Náutica Infante D. Henrique, Universidade da Beira Interior), Secretaria de Estado do Ensino Superior, Presidente do IPL, Ministro do Mar, Provedor de Justiça e Primeiro Ministro, para resolução de situações de conflito ou outras, envolvendo os seus associados.

Relativamente à situação no ISCAL, foi conseguida a anulação das penas disciplinares aplicadas a um grupo de docentes pelo Conselho Directivo, com base num Parecer da Auditoria Jurídica do Ministério da Educação. Foi também iniciado nesta escola um inquérito da Inspeção Geral da Educação.

Foram pedidos esclarecimentos ao Ministério da Educação sobre as finalidades de um inquérito pretensamente com fins estatísticos (“Boletim do Docente”), enviado aos docentes de ensino superior pelo Gabinete de Estudos e Planeamento, em que se pedia a identificação completa do docente. Foi enviada uma circular aos sócios, aconselhando o não preenchimento do inquérito, ou ao seu preenchimento anónimo.

## **4. Relações com outras organizações**

Foram desenvolvidos contactos, desde o início do ano, com a FNE, FENPROF e SINDEP, na tentativa de se acordarem acções reevindicativas conjuntas sobre

questões relativas ao ensino superior. Na sequência desses contactos, foi redigida uma “Carta à população”, cuja distribuição pública teve lugar em Março. No entanto, e sem que o SNESup tenha sido previamente avisado, a FNE quebrou o seu relacionamento com a FENPROF e desvinculou-se deste processo.

Na sequência da proposta apresentada pelo SINDEP, de criação duma Federação, entendeu o SNESup não ser oportuno a sua participação em formas superiores de organização sindical, reafirmando o espírito dos estatutos que contraria a integração do SNESup em federações ou confederações sindicais.

O SNESup reuniu com a nova Direcção do SPGL, para análise da situação do ensino superior e das possibilidades de acções conjuntas.

## **5. Instalações, pessoal e outros**

- Instalação duma central telefónica
- Rescisão da avença com o acessor de imprensa do SNESup
- Renegociação das condições do Seguro de Saúde da Império
- Promoção do livro “A voz fagueira de *OAN TÍMOR*” de Fernando Sylvan
- Frequência das funcionárias do SNESup em cursos de formação de informática